



Gestão Democrática: Construção Coletiva e Participativa na Qualidade Educacional na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Jacob Nobre de Oliveira Benevides em Banabuiú – Ceará

Maria Zilverlane de Lima Oliveira¹; Raimundo Edilberto Moreira Lopes²

Resumo: Discutir sobre Gestão Democrática é abordar a temática do ensino de qualidade, pois ambos estão interligados. A educação é o pilar de toda sociedade e a busca por um ensino de qualidade como forma de democratizar o acesso e exercício da cidadania precisa ser a luta constante de toda sociedade justa. Em vista disso, apresenta-se a proposta de reconhecer a importância da Gestão Democrática no espaço da escola pública em todos os aspectos desde a inserção de todos os envolvidos nas tomadas de decisão ao pleno desenvolvimento do educando, para isso, apresenta-se um estudo de revisão bibliográfica. Dessa forma, o estudo se apresenta como uma análise reflexiva sobre a Gestão Democrática como um caminho para uma educação de qualidade. O presente trabalho se divide em dois momentos: Reflexões sobre o tema Gestão Escolar no contexto da escola pública embasada em autores e críticos renomados: Análise do resultado obtido através de uma pesquisa realizada em uma escola da rede pública estadual do Ceará. Constatou-se que nem sempre acontece uma participação efetiva dos órgãos colegiados nas decisões da escola, o que deixa claro o quanto ainda temos que percorrer para de chegar a uma gestão realmente democrática.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Educação. Participação. Direito.

Democratic Management: Collective and Participatory Construction on Educational Quality at Full-Time High School Jacob Nobre de Oliveira Benevides in Banabuiú- Ceará-Brazil

Abstract: Discussing Democratic Management is addressing the theme of quality education, as both are interconnected. Education is the pillar of every society and the search for quality education as a way to democratize access and exercise of citizenship needs to be the constant struggle of every just society. In view of this, a proposal is presented to recognize the importance of Democratic Management in the

¹ Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Professora da Rede Pública Estadual.

² Mestre e Doutor em Ciências da Educação pela Universidad San Carlos. Especialista em Química e Biologia pela Universidade Regional do Cariri - URCA; Especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; Especialista em Segurança do Trabalho pela Faculdade EDUCAMINAS; Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA; Graduado em Ciências/Química e Biologia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE; Graduado em Engenharia Civil pelo Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU. E-mail autor correspondente: beto.ce@hotmail.com.

public-school space in all aspects from the insertion of all those involved in decision-making to the full development of the student, for this, a study is presented of bibliographic review. In this way, the study presents itself as a reflective analysis on Democratic Management as a path to quality education. The present work is divided into two moments: Reflections on the theme School Management in the context of the public school based on renowned authors and critics: Analysis of the result obtained through a survey carried out in a public school in the state of Ceará. It was found that there is not always an effective participation of collegiate bodies in school decisions, which makes it clear how far we still have to go to reach a truly democratic management.

Keywords: Democratic Management. Education. Participation. Law.

Introdução

É dever das escolas públicas brasileiras, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, promover uma gestão guiada pelos princípios democráticos do ensino público. No Artigo 206, inciso VI profere de forma clara ser um dever de todos os seguimentos sociais e dos que compõem a comunidade escolar, compartilhar as ações educativas de forma comprometida com vista a uma educação pública de qualidade para todos.

A posteriori, veio a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em 1996, é por meio dessas Diretrizes que o ensino público em nosso país passa a ser regido. A LDB reafirma ser um fundamento da escola pública promover uma gestão com autonomia e prezando pelo desenvolvimento dos princípios democráticos, assim sendo, de acordo com a LDB, Art 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 1996).

Promover um espaço escolar em que a instituição possibilite a participação e a transparência de ações de todos os envolvidos no processo educativo é crucial para que se garanta uma Gestão Democrática, para que dessa forma, se alcance o objetivo maior que é garantir o pleno acesso, permanência e desenvolvimento nos diversos aspectos do educando.

Desse modo, é de suma importância que todos os envolvidos nesse processo escola/ensino, se proponham a formar dentro desses espaços genuinamente democráticos, cidadãos críticos e atuantes dentro e fora dos muros da escola, pois qualquer pensamento que fuja a essa premissa, tanto a escola como todos os atores que dela fazem parte, estarão fingindo que estão desempenhando realmente seu papel no processo de ensino aprendizagem.

Gestão Democrática: Um caminho para uma educação de qualidade

Falar sobre Gestão Democrática é pensar nos percursos nos quais a escola pública em nosso país vem enveredando ao longo de sua trajetória. É indispensável a concepção de espaços nos quais se possa dar voz a toda a comunidade escolar e que esta participe de forma ativa das decisões do chão da escola (SILVA et. al, 2020)

Quando pensamos nesse modelo de escola, no qual os princípios democráticos permeiam todo o processo educacional, é constante destacar Paulo Freire e sua visão humana pautada na democratização da escola pública, percebemos o quanto a construção dessa escola autônoma precisa ser vista por todos como um processo em permanente construção.

A luta por uma escola pautada nos princípios democráticos visando um ensino de qualidade alicerçado na liberdade e justiça social, passou a ser um desejo de todos que viam a educação como um direito fundamental de todo ser humano, se tornando um Manifesto liderado por Intelectuais defensores da educação brasileira na década de 30, no qual foi expresso a importância da escola pública e seus princípios básicos e a necessidade de uma Gestão Democrática. O Manifesto dos Pioneiros foi um alarido que pedia liberdade diante de uma sociedade que vivia políticas públicas altamente conservadoras e repressoras. Os impactos do Manifesto sobre a educação foram notórios chegando a influenciar na Constituição de 1934 que reconhece a educação como um direito de todos.

Mas, do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. A educação que é uma das funções de que a família se vem despojando em proveito da sociedade política, rompeu os quadros do comunismo familiar e dos grupos específicos (instituições privadas), para se incorporar definitivamente entre as funções essenciais e primordiais do Estado. (Manifesto dos Pioneiros, p.5).

Podemos perceber, nas palavras dos Pioneiros, que a educação deixa de ser uma obrigação dos pais e passa a ser dever do Estado participar desse processo oferecendo uma educação pública de qualidade e esta precisa ser vista como uma função essencial e primordial do Estado. A importância de tal documento perpassa os dias atuais e a necessidade da luta pela educação e mesmo passando por críticas, o Manifesto dos Pioneiros é um símbolo que nos mostra que mesmo com as críticas que recaíram sobre ele na década de 30, seu espírito e visão de uma educação inovadora ainda perduram até hoje.

As mudanças e transformações que o contexto educacional brasileiro vivenciou no século XX, impulsionaram muitas modificações e o nosso sistema educacional precisou estar inserido em um modelo de sociedade pautada no neoliberalismo que segue um conjunto de regras e ideologias centrados no plano econômico com prioridade no mercado que é quem norteia as relações sociais. Nesse período o país vivencia momentos de grande importância para a educação, pois é aí que acontece a reforma do Estado e redemocratização do país, e nesse período se introduz reformas importantes para a educação brasileira.

A reforma dos sistemas educativos torna-se prioridade, e, desde então, vêm sendo formuladas as estratégias de reforma que, na maioria dos países, giram em torno de quatro pontos: o currículo nacional, a profissionalização dos professores, a gestão educacional e a avaliação institucional. Esses pontos estão inter-relacionados: a política educacional orienta-se pela política curricular, que necessita de professores para ser viabilizada, em uma estrutura organizacional adequadamente regulada e gerida, com o suporte da avaliação institucional (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2009, p. 35).

O que tem se observado é que ao longo da história da educação a escolarização estava voltada mais às exigências da produção e do mercado, do que propriamente a finalidade primeira de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade (SAVIANI, 2011).

Nesse cenário de reforma da educação brasileira, surge como marco significativo para o campo educacional uma nova lei nacional da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), esta trouxe expectativas de transformações para o sistema educacional do país, e acreditava-se ser o direcionamento para o século XXI. A LDB foi resultado de um longo período de discussão, que iniciou antes da Constituição de 1988. Em seu texto traz os princípios, fins e deveres da educação definidos pela Constituição, de maneira detalhada e ampliada. Este documento legal passa a orientar a organização e o funcionamento do sistema educacional brasileiro, uma vez que, “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

Notavelmente as reformas educacionais brasileira trouxeram grandes expectativas de mudança, no entanto, algumas delas foram efêmeras e não se firmaram, entretanto, algumas lograram avanços no campo educacional brasileiro. Cabe considerar também que as mudanças na legislação brasileira coincidiram com transformações amplas, resultado do processo de reordenamento mundial, o qual fez com que se intensificasse a demanda por educação, daí decorreu a necessidade de reorganizar o setor educacional.

Frente a esse cenário, verifica-se que a redemocratização da sociedade brasileira a partir da década de 1980, redefiniu o contexto educacional no Brasil, tornando-se preocupação eminente a melhoria da qualidade da educação escolar pública no país, sendo necessária para tanto, a elevação dos padrões de qualidade do ensino, ou seja, as ações deviam por meio desse entendimento convergir para a construção de uma nova realidade no âmbito da educação. (FERREIRA, 2016, p.53)

Dessa forma, torna-se urgente pensar na escola como um espaço de autonomia e participação, com Estado e sociedade em geral contribuindo com a construção de melhoria dessa instituição e uma gestão que necessita está alinhada a esses anseios.

A Gestão da escola no contexto de escola autônoma, e da gestão democrática, apresenta-se como uma questão de mudança padram (muda-se a perspectiva de autoritarismo, centralização, conservadorismo, fragmentação para a perspectiva do democrático, participativo), ao longo dos anos. Pois, essas questões se estabelecem como pano de fundo no contexto escolar que se busca alcançar.

(...) vivemos em uma condição de transição dialética entre um paradigma e outro, de que resultam tensões e contradições próprias do processo a serem encaradas como naturais. Nessa transição, idealizamos perspectivas diferentes, mais abertas, orientadas pelo novo paradigma e, no entanto, vemos a falta de correspondência entre as ideias e a realidade, que será superada apenas e na medida do esforço de orientação para a sua implementação (LÜCK, 2013a, p. 39).

A fala de LUCK (2013) faz referência as novas formas de gestão que vem se apresentando ao longo dos anos, dentre as quais, encontra-se a tão almejada gestão democrática da escola pública, que vem sendo enfatizada na legislação brasileira, como por exemplo na meta do PNE (2014) que trata sobre essa forma de gerir o espaço escolar, estabelecendo um prazo para que seja implementada e efetivada na escola, entretanto, sabe-se que para que isso ocorra é necessário a mudança de postura dos sujeitos responsáveis pelo setor educacional, mas na maioria das vezes o que se percebe nos espaços escolares acaba por ser uma contradição, pois os conceitos de descentralização, democratização e autonomia mostram-se destoantes de seus verdadeiros significados. O que se encontra em sua grande maioria é a centralização, uma aparente democracia e autonomia, apesar do esforço de alguns contra esses mecanismos como forma de evolução/avanço/superação, outros acabam por interferir nessa busca.

Para chegarmos a escola verdadeiramente democrática é vital que se trace caminhos nos quais seja estabelecido compromissos e responsabilidades para que todos os que fazem parte desse processo, os participantes, possam participar da gestão de modo que saibam lidar com

questões que se apresentam no ambiente escolar, dessa forma conseguiremos nos aproximarmos da proposta de uma gestão democrática.

Metodologia

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar a importância da Gestão Democrática como um caminho para uma educação de qualidade, fundamentado em autores (as) com um vasto trabalho desenvolvido sobre o assunto. Busca-se ao longo do trabalho realçar todos os esforços ao longo do tempo de defensores da escola pública em nosso país para conseguir instalar um sistema que favorecesse a Gestão Democrática, na qual a participação de cada um que faz parte desse contexto, é de fundamental importância, pois é mister ressaltar que todos têm algo a contribuir.

A necessidade que move todo pesquisador por informações concretas que possam auxiliar e dar corpo a pesquisa, foi o que instigou todo o desenrolar do presente trabalho. A busca constante por informações resultou no desenvolvimento de uma pesquisa com abordagem qualitativa com intuito de embasar a pesquisa de forma a fundamentar o desenvolvimento teórico. Foi desenvolvido uma pesquisa de campo na qual é apresentado uma análise desses dados coletados buscando referenciar o estudo teórico. A pesquisa foi realizada com gestores e professores da rede pública estadual no município de Banabuiú-CE.

Por fim, é feito um aparato geral do que foi constatado no decorrer da pesquisa com base nas informações coletados relacionando-as ao levantamento bibliográfico.

Resultados e Discussão

Visão dos Gestores e Professores no que cerne a temática abordada na pesquisa

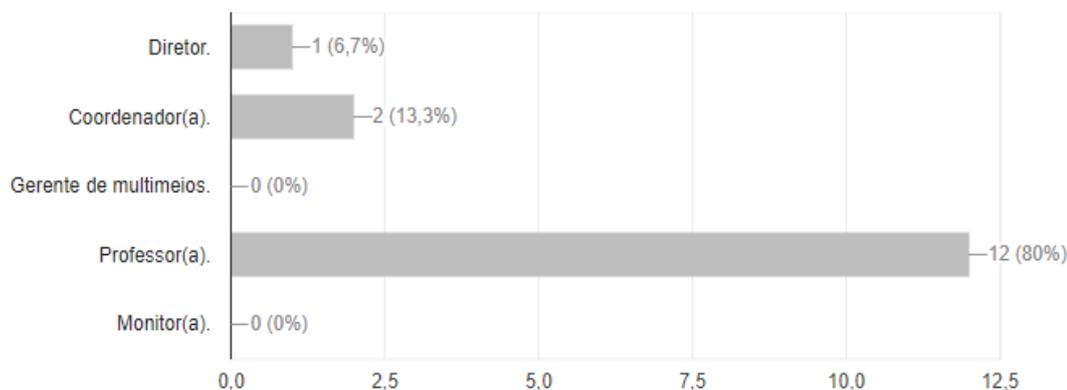
A primeira pergunta se dedicou a colher informação sobre a função que cada entrevistado ocupa no seu local de trabalho. O resultado é apresentado na Figura 1.

A figura 01 traz um esboço de quem participou da pesquisa, e como podemos perceber contribuíram para os resultados, o diretor, coordenadores e professores.

Figura 01 – Principal ocupação na escola.

1. Qual sua principal ocupação na escola?

0 / 15 respostas corretas

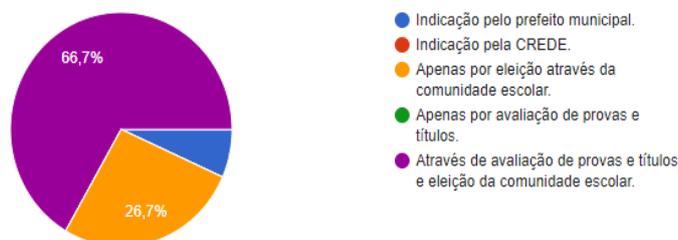


Fonte: Autores, 2022.

Figura 02 – Como acontece o processo de escolha do Diretor da escola.

2. Como acontece o processo de escolha do Diretor da sua escola?

15 respostas



Fonte: Autores, 2022.

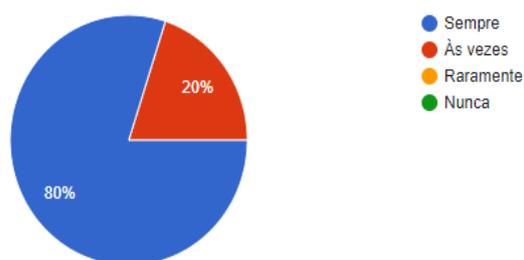
Sabemos o quanto é desafiante, mas necessário a implementação de um sistema que favoreça uma estrutura educacional assegurada nos princípios de uma Gestão democrática, assim sendo, é imprescindível garantir um processo de escolha dos gestores pautados nos pilares da democracia. GHANEM. 2004, destaca que “A autonomia da escola remete a democratização de sua gestão. Desse modo, a gestão autônoma seria aquela que está isenta da intervenção e do controle do poder político, e é dirigida pela consciência individual ou da instituição”. GHANEM, 2004, p. 130). O resultado obtido na figura 2 nos mostra que já caminhamos para uma escolha democrática dos gestores escolares com participação inclusive da comunidade

nesse processo. É importante destacar que existe A Lei da Gestão Democrática, Lei nº. 4.751 de 07 de fevereiro de 2012, que afirmou a necessidade da avaliação escrita como uma das etapas desse processo.

Figura 03 – Ações para desenvolver o protagonismo juvenil.

3. A escola promove ações para desenvolver o protagonismo juvenil?

15 respostas



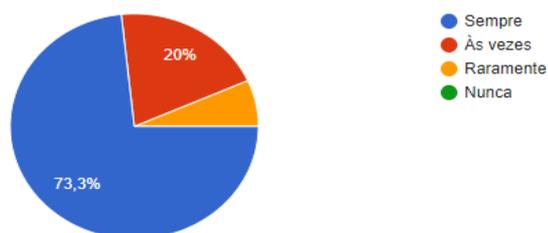
Fonte: Autores, 2022.

Ao serem questionados se a escola promove ações para desenvolver o protagonismo dos estudantes, podemos constatar que 80% responderam que a escola caminha no avanço dessas ações. FREIRE, 2002, contribui com a temática quando afirma que “É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente” (p. 24). O ato de educar exige do professor e da escola como um todo a conscientização dessa inconclusão mencionada por Freire, e da dimensão e importância do papel da escola no instigar esse processo de desenvolvimento do jovem.

Figura 04 – Integração entre equipe escolar e família.

4. Há integração entre equipe escolar e famílias visando garantir a permanência do aluno e o sucesso escolar?

15 respostas



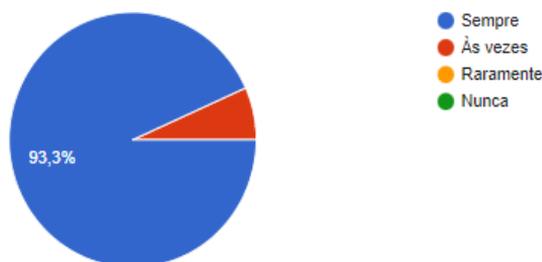
Fonte: Autores, 2022.

Sabemos o quanto é intrínseco a relação escola e família na tentativa de se alcançar uma educação de qualidade e o pleno desenvolvimento do educando. LOPES, 2020, traz para o centro do debate a importância dessas duas instituições para a formação de ser ao afirmar que “A escola deve ser um espaço de ampliação das experiências, que deve promover a difusão não só de conhecimentos de forma ativa, dinâmica e inovadora, como também de valores” p. 51. Quando ocorre essa integração que 73,3% dos entrevistados afirmaram existir, percebe-se que os ganhos com essa dialogicidade de ambas as instituições só pode promover ganhos para os nossos jovens e comunidade escolar como um todo.

Questionados se entre o grupo de professores e gestão escolar existe um clima de integração visando um ambiente de sucesso (Figura 05), constata-se por meio do resultado, 93,3%, afirmaram haver uma constante colaboração de ambos na busca da garantia e promoção do tal clima.

Figura 05 – Integração grupo gestor e grupo de professores.

5. Há integração grupo gestor e grupo de professores visando garantir um clima escolar de sucesso?
15 respostas



Fonte: Autores, 2022.

Na sequência, a figura 06 nos traz um resultado que merece ser considerado, pois ao serem perguntados se a comunidade escolar tem participação na tomada de decisão na escola onde eles trabalham, 53,3%, disseram que às vezes e 46,7%, disseram que sempre.

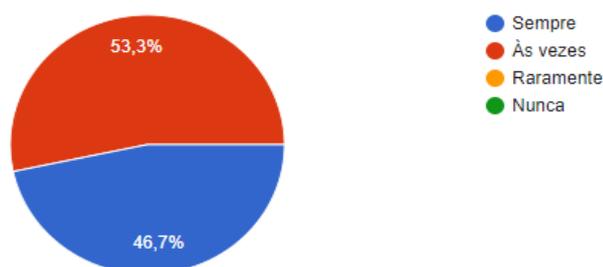
Como podemos perceber a participação da comunidade no âmbito escolar ainda não acontece de forma significativa, pois a escola precisa buscar a construção de espaços dialógicos

que precisam ter como objetivo se empenhar em seu desafio de desvendar para estes cidadãos o papel da democracia como um direito e um dever de todos praticar e fazer parte dela.

Figura 06 - A comunidade escolar e a participação na tomada de decisões na escola.

6. A comunidade escolar tem participação na tomada de decisões na escola que você trabalha?

15 respostas



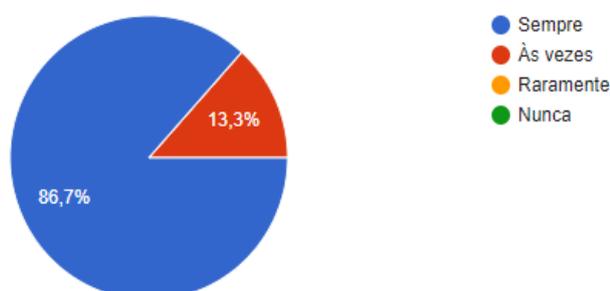
Fonte: Autores, 2022.

Para LÜCK, 2013, “Já é lugar comum a afirmação de que vivemos uma época de mudança. Porém, a mudança mais significativa que podemos registrar é a do modo como vemos a realidade e de como dela participamos”. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de fazer com que os participantes desse processo sejam coautores dessa realidade.

Figura 07 – Escola e promoção de ações efetivas para melhoria da educação.

7. A sua escola tem procurado promover ações efetivas para melhorar a qualidade da educação?

15 respostas



Fonte: Autores, 2022.

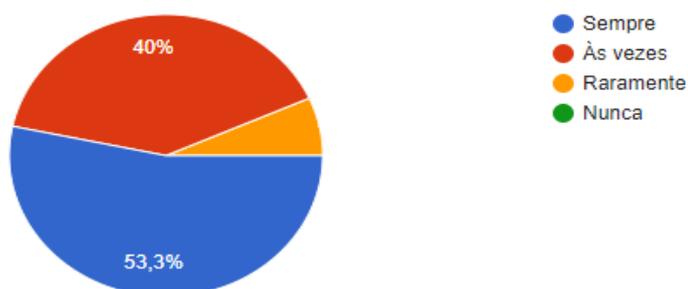
A figura 07 mostra um dado importantíssimo para a pesquisa, onde 87,7% dos entrevistados, responderam que a sua escola sempre procura promover ações efetivas para melhorar a qualidade da educação. Paulo Freire, 1996, nos fala que “Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria”. A fala de Freire acentua a beleza do pensar o ato de educar com alegria e esperança. A esperança move e promove o ser nessa busca constante de melhorar sempre o contexto educacional e conseqüentemente a realidade do educando.

Relativamente a figura 08 a seguir, Meirelles (1996, p.76) comenta, “Órgãos colegiados ou pluripessoais são todos aqueles que atuam e decidem pela manifestação conjunta e majoritária da vontade de seus membros”, sendo assim, destaca-se que mais da metade dos entrevistados, 53,3%, disseram sempre haver participação dos órgãos colegiados nas decisões da escola. Viabilizar a participação desses órgãos, assim como, promover e estimular a implementação do Grêmio Estudantil é uma importante ferramenta de desenvolvimento da cidadania e autonomia dos nossos jovens e adolescentes.

Figura 08 – Órgãos colegiados e a participação da escola

8. Os órgãos colegiados têm participação nas decisões da escola?

15 respostas



Fonte: Autores, 2022.

O direito à cidadania é inegociável e a escola é instituição que tem o dever de promover e assegurar esse direito.

Considerações Finais

Os resultados alcançados no decorrer da presente pesquisa, sempre alicerçados em autores (as) e críticos reconhecidos no campo educacional, nos traz a certeza de que educação e democracia precisam caminhar de mãos dadas nesse processo contínuo que se chama ensino.

Quando falamos de educar nos moldes humanitários e democráticos Freire, 1997, afirma que “Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”.

Mostrou-se que é necessário garantir espaços democráticos para que se construa e reconstrua conhecimento como coloca Freire, 1997, “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”(p.13).

Concluída a análise dos dados obtidos, percebe-se que a escola pública brasileira vem promovendo uma luta constante na busca da promoção de um espaço e de uma gestão democrática, mas todo o contexto escolar muitas vezes acaba por dificultar a realização desse cenário. Constatou-se que nem sempre acontece uma participação efetiva dos órgãos colegiados nas decisões da escola, o que deixa claro o quanto ainda temos que percorrer para de chegar a uma gestão realmente democrática.

Por fim, a chance de realizar tal pesquisa representa a possibilidade de promover uma reflexão dos que fazem a educação no município de Banabuiú, sobre a importância de promover uma Gestão Democrática como forma de promover o protagonismo dos jovens e de todo o corpo docente nas decisões e para que a escola seja a própria comunidade.

Referências

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf

FERREIRA, n. S. C. **Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios**. -8 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

GHANEM, E. **Educação Escolar e Democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica/Ação Educativa, 2004.

GOMES, Gilmária Henllen G.; Amorim, Liromaria Maria De; Rodrigues, Micaelle N. D.; Barbosa, Jailma Dos S.; Oliveira, Gisleneferias De. Webqueste Mobile-Learning como Métodos Pedagógicos De Ensino E Aprendizagem: Um Novo Olhar?. **Id On Line Revista de Psicologia**, 2018, Vol.12, N.41, P.154-168. Issn: 1981-1179.

LÜCK, H. **Gestão Educacional: Uma Questão Paradigmática**. -12 ed. Petrópolis, RJ, Vozes. 2015.

MEIRELLES, H. I. **Direito Administrativo Brasileiro**. – 12 ed. São Paulo, SP, Malheiros Editora. 1996.

SILVA, Natália Maria da ; ALBUQUERQUE, José de Lima; MORAES FILHO, Rodolfo Araújo de; SOUSA, João Morais de; MARINHO, Giovanni Giuseppe da Nobrega. Gestão Democrática Escolar: Conquistas E Desafios Em Uma Escola Pública De Pernambuco. **Id On Line Rev. Mult. Psic.**, Dezembro, 2020, Vol.14, N.53, P. 661-667. Issn: 1981-1179.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

OLIVEIRA, Maria Zilverlane de Lima; LOPES, Raimundo Edilberto Moreira. Gestão Democrática: Construção Coletiva e Participativa na Qualidade Educacional na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Jacob Nobre de Oliveira Benevides em Banabuiú – Ceará. **Id on Line Rev. Psic.**, Outubro/2023, vol.17, n.68, p. 74-86, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 03/08/2023; Aceito 17/08/2023; Publicado em: 31/10/2023.